



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

A RECONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE LIVROS DIDÁTICOS

Suelen Haefliger¹

Tatiana Carence Martins²

RESUMO

O tema central da pesquisa sucedeu-se da recente extensão e adesão do uso do livro didático à etapa da Educação Infantil no Brasil. Nesse sentido, partimos do seguinte problema de pesquisa: de que modo podemos perceber os diversos sentidos e impactos que estão envolvidos a partir dessa extensão do livro didático como instrumento pedagógico na Educação Infantil? O objetivo do estudo foi analisar curricularmente a extensão do uso do livro didático à etapa da Educação Infantil e, a partir disso, verificar as diversas intenções e significados de sua utilização como recurso pedagógico nessa etapa da educação. Para isso, escolheu-se a metodologia da pesquisa documental, que se construiu por meio da análise de normativas norteadoras ligadas às políticas educacionais e curriculares com a centralidade de documentos, como também aos estudos recentes sobre a adesão do livro didático à etapa da Educação Infantil. Posteriormente, foi articulada uma pesquisa exploratória, na qual se buscou articular a análise de dois livros didáticos de um município da Serra Gaúcha. Com esse estudo é possível compreender a adesão do livro didático na Educação Infantil como suporte pedagógico e curricular da etapa e visualizar criticamente, problematizando as suas diversas subjetivações e intencionalidades, vinculadas não só com perspectivas de mudanças educacionais como também sociais, funcionando como concretização do processo de recontextualização curricular, como preceitua Sacristán (2000).

Palavras-chaves: Educação Infantil. BNCC. Livro didático. Currículo. Recontextualização curricular.

1. INTRODUÇÃO

A educação como uma construção histórica, cultural, política, econômica e social, sempre esteve presente em avanços e retrocessos. As mudanças no mundo refletem diretamente na vigente cultura escolar e educacional e são permeadas por diversas influências e intencionalidades. Adentramos aqui, como cultura escolar/educacional, os determinados

¹ Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: susuhaefliger@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Ciências - Integração da América Latina (USP). Licenciada em Pedagogia (Universidade Anhembi Morumbi). Docente no curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: tatiana.martins@bento.ifrs.edu.br

padrões que se reproduzem nas escolas do mundo inteiro, desde os materiais, os uniformes, as classes, como igualmente os recursos pedagógicos e o então objeto da presente pesquisa: o livro didático (GATTI JÚNIOR, 1997).

A motivação para escolha dessa temática partiu de vivências pessoais com crianças da Educação Infantil, em uma instituição que tinha em seu projeto político pedagógico a inclusão do livro didático em turmas de maternal e conseguinte nas turmas da pré-escola. Tratava-se de uma escola da rede privada, em uma turma de Maternal II (crianças entre 3 e 4 anos de idade). Nesse período, podemos nos aproximar das propostas que se vinculavam ao uso desses livros didáticos na sala de referência e surgiram diversas estranhezas e incômodos.

Na atualidade, e com maior intensidade, tem-se aderido ao apostilamento como recurso educacional. Recentemente, o livro didático também tem ganhado forma e espaço na etapa da Educação Infantil. Nesse sentido, tem-se a necessidade de uma ampliação do debate, conduzindo sobre as suas significações a partir de análises e problematizações, pois na Educação tudo tem seu impacto, seja de pequeno ou a longo prazo.

O tema central da pesquisa possui relevância na área da Pedagogia, sobretudo aos estudos vinculados ao livro didático e à teoria curricular da Educação Infantil. Buscamos, ao longo da pesquisa, problematizar e verificar os diversos impactos e sentidos da extensão dos livros didáticos como recurso pedagógico na Educação Infantil, com o objetivo de compreender como o currículo está alinhado à instrumentalização e extensão do uso do livro didático a esta etapa, como também de perceber as diversas perspectivas que permeiam as intencionalidades e os sentidos de estar constituindo-se numa cultura educacional (GATTI, JÚNIOR, 1997), presente nas infâncias.

Inicialmente, delimitamos qual conceito de Currículo e em quais processos curriculares a pesquisa buscou discutir, a partir fundamentalmente do conceito de Currículo como Processo, proposto por Sacristán (2000). Para fundamentar as reflexões, abordamos uma breve gênese quanto à Educação Infantil e seu percurso histórico e curricular. Igualmente, fizemos um levantamento bibliográfico a respeito da temática em livros e artigos de relevância na área da Sociologia do Currículo, com enfoque para a discussão, para constituição de tal gênese até os dias atuais, seus limites e desafios.

Considerando o nível de prescrição curricular, são também elencadas as políticas e programas educacionais atrelados à chegada legal do livro didático à etapa da Educação Infantil, a saber: Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017a); Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa - PNAIC (BRASIL, 2017b); Programa Nacional do Livro Didático

- PNLD (BRASIL,2020-2022). Assim, ao longo do estudo, buscou-se analisar aspectos desses documentos e sua correlação com a inclusão do livro didático, pois ambos definem, prescrevem e direcionam diversos aspectos e direcionamentos da Educação Infantil.

Para verificar os limites e/ou potencialidades que se ligam à aplicabilidade do livro didático, como também o seu alinhamento com os atuais documentos curriculares, foi realizada uma exploração documental em um município da Serra Gaúcha, produzindo uma análise e comparação de dois livros didáticos voltados à etapa da Educação Infantil, um direcionado à escolas da rede pública e outro a escolas da rede privada, para assim se aproximar de forma mais real e concreta do objeto da pesquisa.

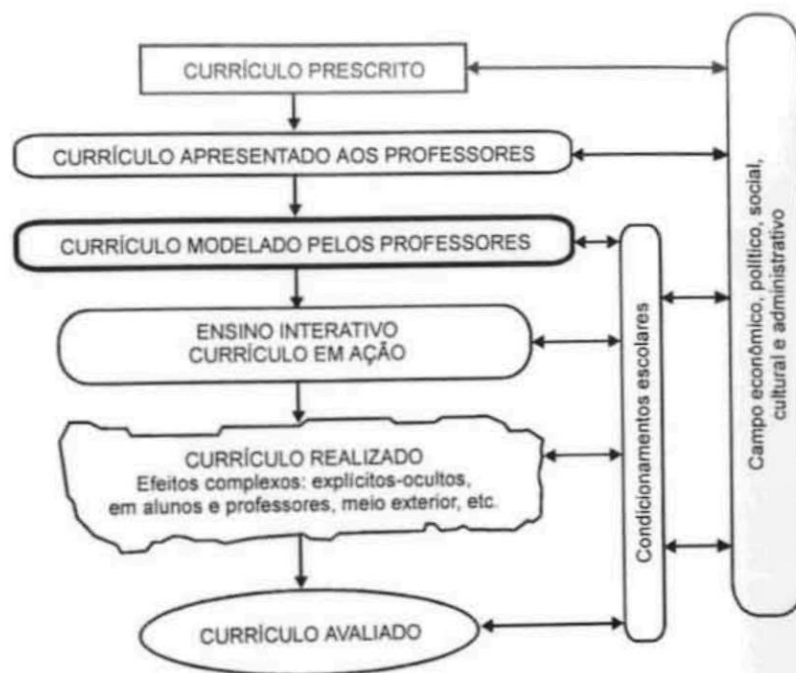
2. DE QUE CURRÍCULO ESTAMOS FALANDO?

O currículo aqui é entendido a partir da concepção curricular de Sacristán (2000), que o entende como um processo. Assim, o autor discute algumas fases e influências que se inter-relacionam no currículo. Nesse ponto, destaca-se o processo de recontextualização curricular, da qual a concepção do livro didático funciona como um dos níveis da recontextualização curricular que, para o autor, trata-se da constituição do currículo, suas diversas significações e como um todo complexo, que vai além das tradicionais tabelas de conteúdos ou objetivos a serem ensinados. (SACRISTÁN, 2000).

Nesta pesquisa abordamos os dois aspectos iniciais desse processo do currículo (SACRISTÁN, 2000): o currículo prescrito, que é constituído a partir das leis, diretrizes e políticas educacionais; e o currículo apresentado aos professores, que já se trata de uma “tradução”, mas também constituição, do currículo prescrito para os docentes, o que geralmente se demonstra em livros-textos, apostilas, cursos de formação continuada e em livros didáticos, cuja presente pesquisa enfoca.

Tal enfoque justifica-se considerando os limites do estudo, porém é importante ressaltar que o autor prevê demais âmbitos de composição curricular, até o limite do currículo avaliado, sendo que todos são permeados pelos campos econômico, político, social, cultural e administrativo, conforme ilustrado a seguir:

FIGURA 1- Âmbitos de constituição curricular



Fonte: SACRISTÁN (2000, p. 105).

Em conformação, também compreende-se o currículo da Educação Infantil como um modo de organização das mais diversas práticas pedagógicas e educativas, que permeiam também a cultura, a sociedade, a política, a economia e as diversas realidades, envolto e constituído pelo todo social.

No entanto, cabe destacar que quando falamos em currículo na Educação Infantil embarcamos em uma esfera diferente das outras etapas da Educação Básica, uma vez que o objetivo principal da Educação Infantil está no desenvolvimento integral da criança e não no ensino (BRASIL, LDB, art.29). Entretanto, ao pensar de forma minuciosa sobre como o currículo dessa etapa vem sendo proposto atualmente, como um corpo organizado de ideias e categorizações, aproxima-se cada vez mais da organização de currículos mais voltados a níveis educacionais superiores, e não como um caminho a ser trilhado em conjunto e com respeito ao tempo e desenvolvimento das infâncias (CARVALHO, 2021).

Pensar em currículo na Educação Infantil é também pensar na autonomia das crianças e da docência, diante de suas vivências únicas em seus tempos e espaços educativos. Então, o currículo dessa etapa precisa ser pensado considerando cada realidade, contexto e cultura contemplando os projetos políticos pedagógicos e as comunidades educacionais reais. Intencionamos através disso, os nossos estudos pós-críticos de currículo ao longo dessa pesquisa.

De modo controverso, o que vemos na contemporaneidade é um modelo e uma padronização de infâncias, da docência e das práticas pedagógicas (CARVALHO, 2021, p.73). Por isso, compreende-se que a Educação Infantil está em constante disputa sobre sua constituição, seus objetivos e finalidades, ou melhor dizendo; em disputa de que formação se quer, como se quer moldar as crianças, as docências e, logo, a sociedade como um todo. Espera-se demais do que será do futuro e de menos do que já se é no presente. Passou-se de fases de currículos voltados para o assistencialismo, para outros de antecipação de etapas, com um foco na uniformização de conteúdos e de instrumentalização do educar (DEWEY, 2002).

Dewey (2002) fomenta que a partir dessas disputas e interesses surgem as “escolas de opiniões”, onde cada um busca uma verdade através de seus interesses e, diante disso, ocorrem dualidades de visões e prismas que permeiam o currículo e a educação e, nesse meio de disputas, apresentam-se os professores e as crianças (DEWEY, 2002, p. 157).

O currículo em seus aspectos legais sofre influências políticas, econômicas e sociais, que traduzem interesses diversos e ocultos. Então, faz-se necessário o movimento de interpretação por meio de uma leitura aprofundada, reflexiva, provocadora e problematizadora. A educação está atrelada a diversas funções sociais, culturais e profissionais, isso permeia o currículo e as fases que vão ser direcionadas em cada nível desse currículo (SACRISTÁN, 2000).

Quando embarcamos na esfera fundacional do currículo: o currículo prescrito, percebemos o quanto ele não pode ser olhado e pensado em sua configuração longínqua do contexto social, histórico, cultural, político, econômico em que ele foi constituído e, é nesse ponto que abordamos mais diretamente a responsabilidade político-administrativa (SACRISTÁN, 2000). O currículo está e sempre esteve em disputa (ARROYO, 2011), envolto de movimentos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Se compararmos a Educação Infantil com as outras etapas da Educação Básica, podemos verificar, de forma nítida, como ela possui o seu percurso histórico recente. Considerando esse percurso, podemos verificar diversas ampliações, retrocessos e caminhos a serem repensados. A Educação Infantil teve seu reconhecimento como dever do Estado em 1988, a partir da Constituição Federal, tornando-se assim pertencente ao sistema educacional nacional, e sendo reconhecida como um direito social das crianças, da família e um dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 208, IV).

Passou a ser reconhecida como etapa da Educação Básica somente em 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394. Em 1998, é

instaurado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI (BRASIL, 1998), sendo um marco inicial importante quanto à constituição de um primeiro currículo nesta etapa.

Através da Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999, institui-se as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (BRASIL,2009) são revisadas. Nestas, são direcionados como eixos norteadores do currículo as brincadeiras e as interações (BRASIL,2009, p.25), tratando-se da intencionalidade do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. Sendo um documento centrado por uma visão de coletividade, autonomia, diversidade, contextualidade, de culturalidade, de conhecimentos científicos, da interação, do brincar, do lúdico e da pluralidade de possibilidades de práticas e propostas pedagógicas (BRASIL, 2009).

Consequente em 2015, iniciou-se o processo da elaboração de um novo documento normativo e norteador da Educação Básica, que tinha como intuito cumprir o delineado na LDB (BRASIL, 1996, art. 29) como necessidade de existência de uma Base Nacional Comum. É nesse sentido que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) se efetiva na atualidade como o principal documento curricular a ser considerado para toda a Educação Básica.

A BNCC trata-se de um documento amplo e, ao mesmo tempo, específico, que busca direcionar não somente os conteúdos do ensino, como também as práticas pedagógicas, ainda que isso não esteja explicitado como seu objetivo. Sua parte voltada à Educação Infantil, conhecida como BNCC-EI (BRASIL, 2017) é o atual documento de referência curricular para essa etapa da Educação e, por isso, cabe, neste ponto, voltar o nosso olhar mais crítico e analítico a ele.

É a BNCC que direciona o aspecto do currículo prescrito e que norteia a nossa primeira etapa da Educação Básica. Apesar de ser somente uma orientação curricular, que estabelece o que se espera alcançar, nela podemos ver de forma real as diversas disputas e influências político-administrativas que permearam a sua elaboração e homologação (BRASIL,2017).

Em sua trajetória de elaboração que percorreu 4 anos até sua homologação, diversos aspectos sociais e políticos permearam seus direcionamentos e alteraram o projeto inicial. Apesar de ter sido um documento no qual houve grande participação e discussão de professores, gestores, especialistas e com consultas públicas, sua implementação foi totalmente contraditória do discutido, abrangendo mais os interesses privatistas, das elites sociais, do mercado de trabalho e da lógica capitalista neoliberal (GALIAN; SILVA, 2021).

Quando pensamos na própria nomenclatura: Base Nacional Comum Curricular, é perceptível um diferencial dos documentos que foram referenciais para orientar o currículo da Educação Infantil: a utilização da palavra **Comum**, que já expressa de forma sucinta o intuito de compartilhar características e ideais que se dizem da maioria da população. Assim, busca-se uniformizar e tornar-se hegemônica a perspectiva sobre o direcionamento dos conhecimentos, não se levando em conta as diversidades culturais, econômicas e sociais (CARVALHO,2021). Nas DCNEI (BRASIL,2009), em contraposto, percebemos uma noção de currículo mais compartilhada e aberta, que contempla a pluralidade e se diferencia do atual documento.

Percebe-se que na BNCC (BRASIL, 2017) a concepção de currículo é trazida de forma geral, ligada também às demais etapas. Já nas DCNEI (BRASIL, 2013), há uma separação bem nítida do que se entende por currículo da Educação Infantil e do currículo para as demais etapas da Educação Básica, além de ser trazida, de forma mais expressa, a importância da coletividade e da relevância do meio social, cultural e científico na sua execução, através do projeto político pedagógico.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2013, p. 86)

Devemos salientar que condicionar o currículo prescrito, a partir do tecnicismo, da instrumentalização, e da orientação por competências, pode acarretar em um “esvaziamento” epistemológico, no sentido de orientar-se mais para o “saber fazer” do que para o “saber”. Reforçamos que o currículo da Educação Infantil é uma especificidade que devemos garantir como direito das infâncias, do cuidar e do educar, e não como centralidade no ensino. O foco não deve estar em torno de uma escolarização precoce da Educação Infantil e sim no desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 1996, art. 29).

Quando vemos a divisão por campos de experiência, problematizamos a procura de qual perspectiva se delimitou os conhecimentos em “campos de experiências” (BRASIL, BNCC-EI, 2017). Percebemos, demasiadamente, um processo de colonização do currículo no qual, mais uma vez, permeiam-se interesses políticos-econômicos, desconsiderando-se os sujeitos e os contextos.

Houve, de certo modo, uma aproximação ao currículo da Educação Infantil italiano e

há diversas formas e escritas que expressam e registram essa aproximação. No livro: “Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro”, vemos essa aproximação de forma bem explícita: “[...] As indicações italianas dos campos de experiência educativos foram feitas para a pré-escola, portanto para crianças de 3 a 6 anos, e contemplam cinco campos: o eu e o outro, o corpo e movimento, imagens, sons e cores, os discursos e as palavras, o conhecimento do mundo.” (BARBOSA; GARCIA, 2015, p. 190).

Ao retornar para a BNCC-EI (BRASIL, 2017) é possível ver a aproximação até mesmo na nomenclatura desses campos de experiência: O eu, o outro, o nós; corpo gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, relações e transformações³. Assim, é nítida a influência de contextos internacionais no campo de prescrição curricular, conforme aponta Sacristán (2000), e dessa forma se reproduz aspectos de um currículo de um outro país e se pensa em contextualizar na realidade da educação e da sociedade brasileira. Mas, questionamos e problematizamos o quanto para isso acontecer precisamos nos aproximar da realidade que nos encontramos e não meramente copiar o que é padrão em outros lugares.

Reforça-se mais uma vez os aspectos neoliberais e de ideologias políticas, que permeiam a organização brasileira, inclusive a educacional. Os mesmos atravessam e são atravessados, por interesses capitalistas e nos bens rentáveis (GATTI JÚNIOR, 1997). Devemos, diante disso, nos questionar e problematizar o motivo das infâncias e docências estarem sendo deixados de lado, para se voltar às perspectivas e interesses de competitividade e da privatização do que temos como público e como direito que deve ser assegurado pelo Estado (BRASIL, 1996).

3. O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO: O processo de recontextualização curricular

Compreendemos o livro didático como um instrumento didático/pedagógico das práticas pedagógicas da educação, oriundo de nossa cultura escolar e curricular, que contorna de forma histórica a instrumentalização do ensino/educação brasileiros. Os livros didáticos circundam o cenário da educação brasileira, desde o século XIX (SILVA, 2019).

³ Uma das autoras do livro citado inclusive participou da elaboração e sistematização da BNCC, em suas três versões.

A contar desse período, segundo Silva (2019), este já instrumentaliza e norteia as práticas de ensino/aprendizagem e as didáticas escolares e do professor(a), até os dias atuais. Inicialmente perpassando as etapas de profissionalização, anos finais e iniciais do fundamental, de modo mais recente e contemporâneo também vêm ganhando espaços na etapa da Educação Infantil.

Mediante a perspectiva curricular por etapas, de Sacristán (2000), dialogamos nesta seção a partir do segundo âmbito de recontextualização curricular abordado pelo autor, que se trata do currículo apresentado aos professores, a partir de livros/textos, aqui referindo a essa tradução, o livro didático. Nesse sentido, percebe-se a extensão do livro didático para a etapa da Educação Infantil também atrelada a demanda política/administrativa de se cumprir e dar conta das recomendações curriculares vigentes. De acordo com Silva (2019), historicamente os manuais, as apostilas e os livros didáticos, sempre ganharam forma em função de currículos e programas educacionais.

Com a homologação da BNCC-EI (BRASIL, 2017), compreende-se diversos movimentos que surgem, para uma maior efetivação e contemplação dela, na Educação Infantil. Há uma intencionalidade e pressão para se “receitar” (SILVA; CATANI, 2019) o que se quer a partir do currículo; o que se quer sobre as docências. Nota-se o quanto este movimento está direcionado para trazer saberes e conhecimentos prontos e atender as necessidades do Estado e do mercado pedagógico (GATTI JÚNIOR, 1997). A elaboração em si, da BNCC, já foi direcionada para a abertura e intencionalidade de sua prescrição em livros didáticos.

Os documentos e pesquisas mais recentes vinculados ao currículo amparam a Educação Infantil como etapa em que as crianças, suas experiências e interações devem estar no centro da aprendizagem, sendo preconizado o respeito e a contemplação da etapa de desenvolvimento em que as crianças estão.

As DCNEI (BRASIL, 2013) trazem em suas perspectivas de currículo que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem ter como eixo estruturante e norteador as brincadeiras e interações. Igualmente na BNCC-EI (BRASIL, 2017) são considerados eixos estruturantes desta etapa o brincar e as interações, sendo ainda ampliados e articulados em mais seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Entretanto, ressalta-se a abertura para os materiais de apoio pedagógico:

Muitas escolas públicas e particulares também acumularam experiências de desenvolvimento curricular e de criação de materiais de apoio ao currículo, assim como instituições de ensino superior construíram experiências de consultoria e de apoio técnico ao desenvolvimento curricular. Inventariar e avaliar toda essa

experiência pode contribuir para aprender com acertos e erros e incorporar práticas que propiciaram bons resultados. (BRASIL, 2018, p. 18)

A perspectiva de brincar e interagir jamais vai ser contemplada em um livro, ou mesmo em uma folha. Ao contrário, ambas perspectivas precisam de vida e de ser vivida, precisa de movimento, de interação e socialização. Ao deixar isso a serviço de um livro pronto, com propostas já findadas, que limitam a sala de referência em mesas e cadeiras, não se contempla de forma alguma o brincar e as interações, até porque ao que tange à contextualidade, ao cotidiano e à cultura de determinado contexto de uma creche ou pré-escola, nunca é padrão e nem comum para todos.

Na perspectiva dos programas educacionais que foram se atualizando e marcando presença junto à BNCC, pode se mencionar, o quanto não existe neutralidade quando se perpassam as políticas educacionais e os interesses que as circundam. Vários foram os programas que se desenvolveram em prol da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Diversos foram os movimentos para a sua implementação. Os livros didáticos, aqui referidos, também são constituídos, permeados e **alinhados à BNCC** (grifo nosso) juntamente a determinação curricular. Grifamos a palavra alinhados, em especial pela sua presença crucial em diversos materiais didáticos, voltados a princípios mercadológicos e oriundos de editoras e programas privados. Nesses materiais, além do livro didático, incluímos as apostilas, os planejamentos prontos e os cursos de formação continuada alinhados à BNCC (BRASIL, 2017), que são vendidos de forma muito atual, crescente e convencedora.

Sendo assim, ressalta-se o aspecto neoliberal e de acumulação do capital que vem se aproximando e se apropriando também da educação das infâncias, demandando uma padronização de se criar formas de controle e de saberes vinculados a produtos, na qual se acumulam diversos conhecimentos que posteriormente são colocados à venda como mercadorias. Essas concepções são moldadas pelo capitalismo e por interesses políticos-econômicos que se voltam a ele. (LAVAL, 2019)

No Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2020) estão presentes orientações para sua implementação aos currículos escolares, vinculados aos projetos políticos pedagógicos. Diante desse Guia, nos cabe ressaltar como uma das dimensões de sua implementação, os materiais didáticos, que surgem como a tradução desse currículo transcrito ou “receitado” aos professores (SILVA; CATANI, 2019).

Os livros didáticos também foram se alinhando à formação continuada a partir da

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que se institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que tem o foco de nortear a formação inicial e continuada, a qual também responde ao que prescreve o capital, o neoliberalismo e a BNCC (BRASIL 2017).

Em 2020, como um marco histórico, houve uma pandemia mundial, a COVID-19, que impossibilitou que as práticas pedagógicas e as infâncias estivessem em interação e socialização física. Nesse período, foi necessário buscar formas de dar continuidade nas aprendizagens e no desenvolvimento das crianças. Muitas instituições, de forma muito contraditória aumentaram atividades fechadas, vinculadas às “folhinhas”, ocorrendo nesse período uma “pedagogia delivery” (FOCHI, 2022). Essas atividades marcaram demasiadamente uma materialidade para comprovação de que se estava se dando uma continuidade na educação das crianças. Essa materialidade se estendeu e se estende até os dias atuais, por interesses sociais diversos e até oportunismo de meios empresariais e editoriais sobretudo.

Posteriormente foi aberto o primeiro edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020-2022) para a etapa da Educação Infantil vinculado a perspectiva dos livros didáticos para as crianças, com o incentivo do Ministério da Educação (MEC) e atrelado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ambas políticas educacionais conversam diante das construções e implementações do livro didático na etapa da Educação Infantil. O programa vincula-se às escolas públicas interessadas em participar do processo de aquisição dos livros didáticos, contemplando desde turmas do berçário e sua sequência até a pré-escola.

Até então, o direcionamento dos livros didáticos nesta etapa estava mais atrelado à rede privada da educação. Destaca-se que PNLD (2020-2022) é outra sigla vista com estranheza de estar sendo vinculada à etapa Educação Infantil. Recomenda-se que o livro para as crianças, nesta etapa deve estar presente como arte-literária (COELHO, 2000) e não como uma função de transposição de orientações prontas e que se vinculam a conteúdos.

Há um processo de instrumentalização que circunda a BNCC (BRASIL, 2017) e a Educação Infantil também esteve alinhada a esse meio, desse percurso. Sacristán (2000, p.24) reforça que:

Os meios não são meros agentes instrumentais neutros, pois têm um papel de determinação muito ativo, sobretudo em nosso sistema, ligado a uma forma de exercer o controle sobre a prática, as estreitas margens de decisão de que dispôs o professorado, a baixa formação do mesmo e as condições de trabalho desfavoráveis.

Esses são indicativos de que há uma intencionalidade de mudanças sociais que se alinham também à educação, ao percurso curricular, ao livro didático e a subjetivação dos sujeitos envolvidos a esse meio (GUTIERRES; GARCIA, 2019).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A natureza desse estudo está atrelada à metodologia de uma pesquisa documental e qualitativa que foi desenvolvida por meio da busca de normativas que abrangem o currículo da Educação Infantil e o tema da utilização dos livros didáticos nesta etapa. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o levantamento documental e a revisão da literatura sobre os livros didáticos na Educação Infantil, perfazendo um breve percurso histórico sobre a chegada dos livros nesta etapa no Brasil.

De acordo com Gil (2002, p.46), a pesquisa documental prevalece como um método efetivo para os estudos, já que: “Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.”

Da mesma forma, o levantamento bibliográfico buscou os estudos mais recentes, reunindo e comparando com as diversas perspectivas de infância e as diferentes análises dos sentidos e impactos da extensão do uso dos livros didáticos no processo de práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Resulta assim, uma pesquisa exploratória em que foi realizada uma análise dos livros didáticos utilizados na etapa da Educação Infantil em duas escolas, uma da rede pública e outra na rede privada de um município da Serra Gaúcha. Busca perceber as intencionalidades que se direcionam nas formas da educação pública e da educação privada, fazendo um exercício de comparação entre ambas através dos livros didáticos. A análise ocorre a partir da técnica de pesquisa da Análise de Conteúdo, defendida por Bardin (2016, p. 48) que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O livro didático é considerado também como um documento, pelas suas descrições em livros/textos que constituem informações. Primeiramente, foi realizada uma pré-análise em ambos os materiais, posteriormente foi feita a exploração e categorização das temáticas

vinculadas à pesquisa e por último, foi embasado com as diversas interpretações apoiadas em autores, teóricos e documentos que reforçam os objetivos centrais da pesquisa.

5. PERCURSO ANALÍTICO: OS LIVROS DIDÁTICOS EM FOCO

Diante da pesquisa, esmiuçou-se corporificar ao longo do estudo uma pesquisa exploratória e de análise de dois livros didáticos da Educação Infantil, **alinhados à BNCC** (grifo nosso), em um município da Serra Gaúcha que utiliza os livros didáticos como recursos pedagógicos. O grifo dá-se diante do que já ressaltamos como forma de tradução do currículo vigente (SACRISTÁN, 2000).

Abordou-se ao longo da análise uma obra de uma escola da rede pública e outra de uma escola da rede privada, ambas referentes à mesma etapa da pré-escola, direcionado para crianças de 4 a 5 anos. Esmiuça-se ao longo da pesquisa uma análise detalhada e também comparativa das diversas interpretações e focos que circundam esses materiais didáticos para os professores, vinculados às perspectivas do currículo vigente e também envolvendo os estudos e conhecimentos já existentes de outros pesquisadores.

Analisando os **dois livros didáticos do professor**, vinculados ao primeiro semestre de 2023, segue-se a partir da seguinte categorização:

- a) Estruturas dos documentos e concepções, incluindo aspectos como percepções de infâncias, conhecimentos e objetivos;
- b) Orientações curriculares e para práticas pedagógicas, incluindo aspectos como concepções do ser professor, formação docente, planejamento e avaliação.

a) Estruturas dos documentos e concepções, incluindo aspectos como percepções de infâncias, conhecimentos e objetivos

Abaixo, referente à primeira categorização, **Estruturas dos documentos e concepções**, está o Quadro 1 com detalhamentos dos dois Documentos e seus dados bibliográficos:

Quadro 1: Livros didáticos analisados

Identificação	Livro didático	Editora	Autores
DOCUMENTO A	Conquista solução educacional: Livro do professor Volume 1: grupo 4	Gráfica e editora Posigraf Ltda. Grupo Positivo Curitiba 2023 2.ed.atual 208 folhas ISBN 978-65-88125-9-9	Ana Pheline Simone Stival
DOCUMENTO B	Sistema de Ensino Aprende Brasil: Livro de vivências: Livro do professor Volume 1- Grupo 4	Gráfica e editora Posigraf Ltda. Grupo Positivo Curitiba 2021 280 folhas ISBN: 978-85-467-3244-9	Aline Pinto Danielle Bonamim Flores Maria da Glória Caleb Bruna Assis Brasil Eliane Cassia Ramos Sami Ribeiro

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Ambos os livros estão vinculados à mesma editora e inclusive gráfica, porém os autores se diferem. Os dois livros estão atrelados segundo a divisão por faixas etárias da BNCC (BRASIL, 2017) vinculados à etapa da pré-escola.

Cabe ressaltar aqui a alteração feita na LDB, por meio da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013) que torna obrigatória a matrícula a partir dos 4 anos de idade, na primeira etapa da educação básica, a qual faz parte da Educação Infantil, mas está difundida pelo termo creche e vinculada ao nível da pré-escola, o que instiga um certo estranhamento, que surge com um sentido icônico de preparação, de antecipação. Assim, Carvalho (2021) sugere que se gerou de um certo modo um entendimento retroativo desta etapa, vinculado à preparação para a alfabetização e para a transição ao ensino fundamental.

Outro ponto que notamos foi que o livro da escola pública não está vinculado à PNLD (2020-2022) Neste ponto, destacamos os interesses editoriais com relação ao produto livro didático e ao aspecto mercadológico do campo editorial, que também está ganhando extensão

no nível da Educação Infantil da rede pública, o que sabemos que na rede privada há tempos já é uma realidade (GATTI JÚNIOR, 1997).

Os dois livros didáticos igualam-se a sistemas de ensino, sendo então parte de produtos e serviços de organização pedagógica e didática. A partir da própria nomenclatura, pode-se tirar algumas características preliminares de seus direcionamentos.

O primeiro livro, analisado; documento A da educação privada, tem sua nomenclatura vinculada inclusive à marca: “Conquista Solução Educacional”. A palavra “conquista” já nos remete semanticamente à perspectiva de poder, de posse e de obter alguma coisa, mas também podemos entendê-la no sentido figurado de seduzir e de atrair.

No documento B: “Sistema de Ensino Aprende Brasil: Livro de vivências”. Também está vinculado a sistemas de ensino, que norteiam a organização pedagógica. O Aprende Brasil, questiona a pensar se está atrelado às crianças e/ou as docências? A quem queremos que o aprender seja direcionado nos livros didáticos? Volta-se a perspectiva de Silva (2019), a qual indica que são “Livros que ensinam a ensinar”.

Ainda com relação à estrutura da coleção e sua relação curricular, ambas as obras utilizam a BNCC-EI (BRASIL,2017), alinhadas a sua estrutura, ocorrendo o processo de recontextualização curricular de forma empírica (SACRISTÁN, 2000). Os dois livros desenrolam e se fundem nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e na importância dos campos de experiências, também trazem um mapeamento da BNCC-EI (BRASIL,2017), com os códigos e os objetivos de aprendizagem vinculados à etapa do desenvolvimento.

Em nenhum dos livros é especificada a importância de se verificar o processo de colaboração do Estado ou do Município e em se considerar as particularidades diante desses currículos. Percebe-se, diante desse posto, o quanto o regime de colaboração proposto no Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019) é desmontado e desconsiderado no livro didático. Aspecto esse, que também reforça o quanto o livro didático não consegue contemplar as diversidades regionais, locais, sociais, econômicas e culturais.

No documento A, é apresentado os seus diferenciais através dos materiais de apoio que vêm junto da coleção, traz temas contemporâneos apoiados na BNCC-EI (BRASIL, 2017), mas com o foco somente em dois aspectos: diversidade e sustentabilidade. São pouco aprofundados e contemplados nas propostas de atividades ligadas ao livro. Já no documento B, a diversidade e associação das crianças em diferentes contextos sociais é mais ressaltada e aparece de forma muito mais ampla, abrangendo a diversidade como uma responsabilidade compartilhada por

todos. Também ao longo das propostas de práticas pedagógicas se contempla com muito valor cultural essa diversidade, através do brincar, do brincar, na materialidade, nos espaços e tempos.

Ambos os livros têm a sua divisão por três capítulos principais e a troca de livros de forma semestral, tendo dois volumes. O documento A, tem uma sequência lógica que precisa ser seguida, já no documento B, não existe uma sequência que deve ser seguida ou priorizada.

O documento B se intitula como um suporte, mas não na experiência em si das crianças. Dentro de sua apresentação é feita uma crítica aos próprios livros didáticos que seguiram por muito tempo na direção oposta, focadas no treino e na antecipação de saberes. Preconiza-se o quanto é contraditório problematizar a instrumentalização, mas ao mesmo tempo estar nela, vinculando-se a ela. O livro didático como vêm sendo constituído nesta etapa, a partir do currículo vigente, tem uma intencionalidade e uma discursividade neoliberal (SILVA; CARVALHO, 2020) que não pode ser negada.

b) Orientações curriculares e para práticas pedagógicas, incluindo aspectos como concepções do ser professor, formação docente, planejamento e avaliação.

Assim, a segunda categorização que analisada diz respeito às **Orientações curriculares e para práticas pedagógicas**. Um dos apontamentos ao longo da análise é referente às orientações do documento A, estarem de forma muito conivente atreladas à palavra “conquista”. Por exemplo, ao longo de suas prescrições, de forma bem repetitiva aparece a seguinte frase: “As conquistas das crianças”, expressão que se vincula ao foco no desempenho. Interpreta-se assim como um marketing e como uma lógica econômica da editora, que utiliza as crianças como o seu “capital humano”, onde o desempenho delas depende somente delas. (LAVAL, 2019).

Na BNCC (BRASIL, 2017) tem-se o direcionamento e encargo às “competências gerais”, nas quais podemos visualizar também uma aproximação das intenções capitalistas que se conversam com as “conquistas” que se esperam ao longo das etapas da educação. Assim como deixam a abertura para esse direcionamento da privatização, sendo as crianças vistas através de seus desempenhos e realizações que futuramente, na vida adulta, agregarão à economia neoliberal, por se formarem indivíduos que “conquistam e que são competentes” (LAVAL, 2019).

O documento A, vincula-se também como uma solução educacional, o que nos cabe a problematizar o quanto ainda se traz soluções simplistas para a educação. Tal solução está estruturada em 4 pilares: Educação financeira, Família, Empreendedorismo e Educação socioemocional. Nos questionamos onde cabe a infância do agora, do desenvolvimento integral (DCNEI, 2013), do brincar e do interagir nesses pilares. Sacristán (2000) reforça que é nítido quanto os interesses determinados pela divisão de classes se diferem e o quanto valores dominantes circundam os processos educativos.

Há uma contradição e um foco totalmente no futuro, um tempo que não cabe na infância e que é imposto pelos adultos. “O tempo das crianças é o tempo da ocasião, da oportunidade, dos instantes que o próprio desenvolvimento humano proporciona. As crianças têm um modo ativo de ser e de habitar o mundo.” (CARVALHO, 2015, p. 124).

No documento B e o seu atrelamento a: livro de vivências; já percebemos um outro direcionamento do que poderá ser desenvolvido como práticas pedagógicas, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento integral das crianças. Como Carvalho (2021, p.75) reforça: “[...] é a partir das situações que vivenciamos habitualmente em nossas vidas que reside a potência de nossas relações e descobertas enquanto seres humanos”. A partir do que é vivenciado em ação, em movimento.

Em sequência, foi feita a análise e interpretação dos recursos que estão vinculados e que acompanham os livros didáticos, delimitado primeiramente os recursos para os professores e posteriormente para as crianças e seus familiares.

Quadro 2: Recursos para os professores

	Livro didático	Recursos para os professores
DOCUMENTO A	Conquista solução educacional	-2 livros didáticos (semestrais) -1 livro de arte (anual) -1 livro de língua inglesa (anual) -Cartazes -Lista de áudios -Papa nomes- jogo de leitura e adivinhação

DOCUMENTO B	Sistema de Ensino Aprende Brasil: Livro de vivências	-Livro de vivências-volume 1 -Material de apoio- volume 1 -Livro de vivências- volume 2 -Material de apoio- volume 2 -CD de músicas e outros áudios -2 livros de literatura -Cartazes -Cria cena- volume único
--------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Podemos verificar o quanto o livro se vincula a um “pacote”, ele não surge de forma isolada, há diversos materiais e outros instrumentos que se vinculam a ele, explícitos e implícitos. Ambos os livros tem uma lista de materiais que deverão ser contemplados juntamente com o livro didático na prática pedagógica do/a docente.

O foco da análise esteve no livro didático para o professor, mas em ambos havia essa apresentação dos demais recursos que se vinculam a ele. Nesses recursos no livro do professor do documento A, cada um é detalhado e traz possibilidades e maneiras de utilizá-lo nas práticas pedagógicas e ao longo das atividades propostas no livro, sendo bem descritivo. No livro do professor do documento B, não há indicações específicas do uso dos recursos complementares ao livro de vivências, somente há uma apresentação desses recursos.

Como forma implícita dos recursos para os professores, foi dedicado um tempo para pesquisa nos portais dos dois livros didáticos, que estão presentes em dois aspectos que nos chamam a atenção, que tangem como arranjos do “pacote” do livro didático: a formação docente e a avaliação.

A **formação docente** a partir de consultorias pedagógicas com cursos de formação e a avaliação dos profissionais e gestores. Trazidos de forma muito convidativa, vinculados a cada livro e seus exclusivos e diversos profissionais especializados na área, onde se percebe demasiadamente outras pessoas se apropriando do que é ser professor (SILVA; CATANI, 2019).

Ressaltamos o quanto a **formação docente e o fazer docente** são terceirizados e atrelados por muitas vezes a profissionais que nem têm formação na educação. Nóvoa (2001) ressalta o quanto a formação dos docentes, ocorre de forma longínqua deles mesmo e descontextualizada das realidades educacionais, quando deveriam partir da própria organização dos docentes, dentro das instituições. Os professores deveriam ter esse poder de decisão. Reforçamos que um dos focos da BNCC (BRASIL, 2017), também é a formação continuada

dos docentes e, por isso, essa intencionalidade também está virando uma mercadoria vinda de meios privados (LAVAL, 2019).

Além desses aspectos, chama atenção as expressões presentes no documento A: “Mais do que um sistema de ensino, a solução completa para a sua escola.” e “[...] é um sistema de ensino completo[...]”. De forma muito conivente, os livros didáticos se resumem como já findados na prática pedagógica do professor. Sendo também um modelo de desvalorização profissional em que o professor acaba sendo descentralizado de sua autonomia docente. “É o apagamento cada vez maior da autoria docente” (CARVALHO, 2021, p.73).

De forma muito intencional também são trazidos em ambos os livros, os recursos para as crianças e suas famílias. Tendo em si recursos contemporâneos e pensados no convencimento para além dos docentes, também dos familiares das crianças. Além de já ser um recurso por si só, ele vai vinculando-se a outros que demandam também mais investimentos, para se trazer uma imagem de que ele não se limita nele mesmo e contempla uma diversidade de conhecimentos científicos (SILVA, 2019).

Sequencialmente, foi feita a análise e categorização do **planejamento**. No documento A, o planejamento é visto como um instrumento que deve ser flexível, privilegiando as brincadeiras e a interação. Vincula-se esse planejamento em conformação ao livro didático e os seus materiais de apoio.

Nas orientações didáticas traz uma explanação em capítulos e descreve as suas intenções pedagógicas, vinculadas com os códigos e objetivos da BNCC-EI (BRASIL, 2017). Corrobora-se novamente a mediação entre o que está exposto no currículo e o que deve ser intencionado como prática pedagógica do professor/a vinculada ao livro didático.

Também tem-se um direcionamento do que é preciso pensar ao **planejar** na Educação Infantil trazendo: concepções de infância, do brincar, dos espaços e dos tempos e o papel do professor diante disso. Contemplando tudo de forma bem resumida e sem muito afinco de como atrelar isso ao livro didático, ao planejar.

Ao longo das propostas de atividades, há grifos em cada uma com orientações para o professor/a. A maioria desses grifos traz como organizar a turma, como proceder a atividade, que material de apoio pode ser utilizado ou complementado. Sendo bem descritivo, uniforme e trazendo de forma nítida um aspecto de instrução da docência (SILVA, 2019).

A **avaliação** se vincula ao quanto está em foco as intenções de controlar, quantificar e avaliar de longa escala, as docências e as infâncias. Descentralizando, novamente o que temos

como avaliação nas DCNEI (BRASIL,2009), que fomenta que as avaliações devem partir das observações e experiências do cotidiano vivido das crianças, de suas interações e brincadeiras.

Como avaliar então as crianças a partir de um material impresso, que não contempla o contexto, o “estar com as crianças” (CARVALHO 2021), de estar no encontro consigo e com o outro de forma integral e vivencial. E o quanto a docência também está sendo avaliada a partir de treinamentos e de um aparato que não irá revolucionar os déficits da formação docente e a educação brasileira (GATTI JÚNIOR, 1997).

Carvalho et al. (2021) mencionam o quanto tem-se adotado um conjunto de estratégias didáticas bem prescritivas para se trazer as orientações que transcendem o nosso currículo vigente BNCC (BRASIL, 2017) aos professores. Nesse conjunto tenciona-se além da tradução do currículo aos docents, também a formação, o livro didático, a avaliação.

Quanto aos aspecto da **avaliação** também fala-se de um paradigma nas formas de avaliação desta etapa, considerando a partir disso o processo que o envolve, desde o planejar, as metodologias, interações e entre outros aspectos que se voltam para a integralidade de subsídio do planejar e a partir disso o que vai se intencionalizar. Trazendo alguns exemplos de formas de documentar esse processo.

Chama a atenção novamente para o **aspecto de marketing** voltado até mesmo nesse percurso: “O processo avaliativo considerando as **conquistas** (grifo nosso) das crianças”. A marca tem sua nomenclatura registrada e vinculada a todo instante ao longo do livro didático. A editora precisa manter o seu sustento, sendo bem conhecida e aceita na educação, para manter-se visível no mercado (GATTI JÚNIOR, 1997).

No documento B, menciona-se a **contemplação de infância** no planejar, mas vinculada aos direitos e objetivos de aprendizagem resguardados pela BNCC-EI (BRASIL, 2017). Reforçando o quanto nos dois livros didáticos, tudo é vinculado ao currículo vigente de forma exaustiva, regulando e até mesmo limitando as possibilidades de práticas pedagógicas e o planejar com intencionalidade real.

Preconiza que o planejamento deve ser pensado a partir das vivências do cotidiano e de forma contextualizada, que precisa ser registrado e revisado. Nas orientações didáticas para o planejar, de forma muito contraditória é trazido orientações bem detalhadas em cada atividade, com um planejamento pronto. Nele contém os objetivos através da BNCC-códigos (BRASIL, 2017); materialidades, organização do espaço, agrupamentos e ação do professor.

Mostra-se como uma ferramenta de controle, com a intencionalidade de: “Ao professor sobrecarregado, nada de mais tempo para preparação de aulas; ao invés disso a implantação de

um instrumento didático, que agradando alguns setores sócio-econômicos bem definidos, agilizará seu trabalho.” (GATTI JÚNIOR, 1997, p.37).

Esse **planejamento** pronto vem de forma muito convidativa de que facilitará, mas provavelmente será mais um direcionamento para a desvalorização e precarização profissional do/a docente. Importante frisar o quanto a docência deveria estar vinculada à reflexão e a pesquisa e o quanto isso sim, é formador (NÓVOA, 2001). E não esse vínculo de formação, ao que já está pronto, fechado e com intencionalidade de movimentos contraditórios.

Contrário a isso, defendemos que a docência na Educação Infantil precisa partir do próprio docente de forma relacional, como sujeito de sua formação e daquele determinado contexto, onde atua e vive de forma presente essas diversas realidades e condições que não serão solucionadas por um livro didático (CARVALHO; GUIZZO 2023).

Nas orientações didáticas também se faz presente como aspectos a serem pensados os espaços e tempos; o brincar, o brinquedo e as infâncias. É perceptível o quanto isso é mais contemplado ao longo das atividades do livro, pois a estrutura dele, mais livre de uma sequência lógica, deixa abertura para planejar a partir do cotidiano vivido, intencional, contextual das infâncias na creche (CARVALHO, 2021).

Como **avaliação** também tem-se o direcionamento como norte das **ações pedagógicas**, considerando-se os sujeitos. Atrela a documentação pedagógica também como um modo de registro, o que nos chama a atenção por ser mais um paliativo de reforço de que o currículo está sendo colonizado, pois a documentação pedagógica parte de uma abordagem italiana (BARBOSA; GARCIA, 2015). Ressalta-se a relevância de ter como inspiração ou admiração as pesquisas de outros países, mas nos centrar em nossa realidade e valorizar as pesquisas que aqui também acontecem.

Por fim, foi feita a categorização **dos direcionamentos das propostas e o vínculo aos conhecimentos**. Nesse aspecto, foi trazido diante dos dois documentos, figuras das atividades propostas, presentes no livro didático do professor de cada livro didático, com as sugestões presentes para o professor. Aproximando assim os leitores também do objeto da pesquisa e o explanando de forma mais intencional e direta. De forma bem explícita, ocasionam-se opostos.

No documento A o foco está centrado na numeracia e na literacia como intencionado nos programas que se direcionaram com a BNCC, aqui diretamente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Neste, percebemos um direcionamento de antecipação de etapas, com o foco na alfabetização e na preparação para a transição ao Ensino Fundamental (CARVALHO, 2021), o qual está em consonância com os programas e mercados que foram se

alinhando à BNCC-EI (BRASIL, 2017). Como sugere a figura a seguir de duas atividades presentes neste documento:

FIGURA 2 - Propostas do documento A



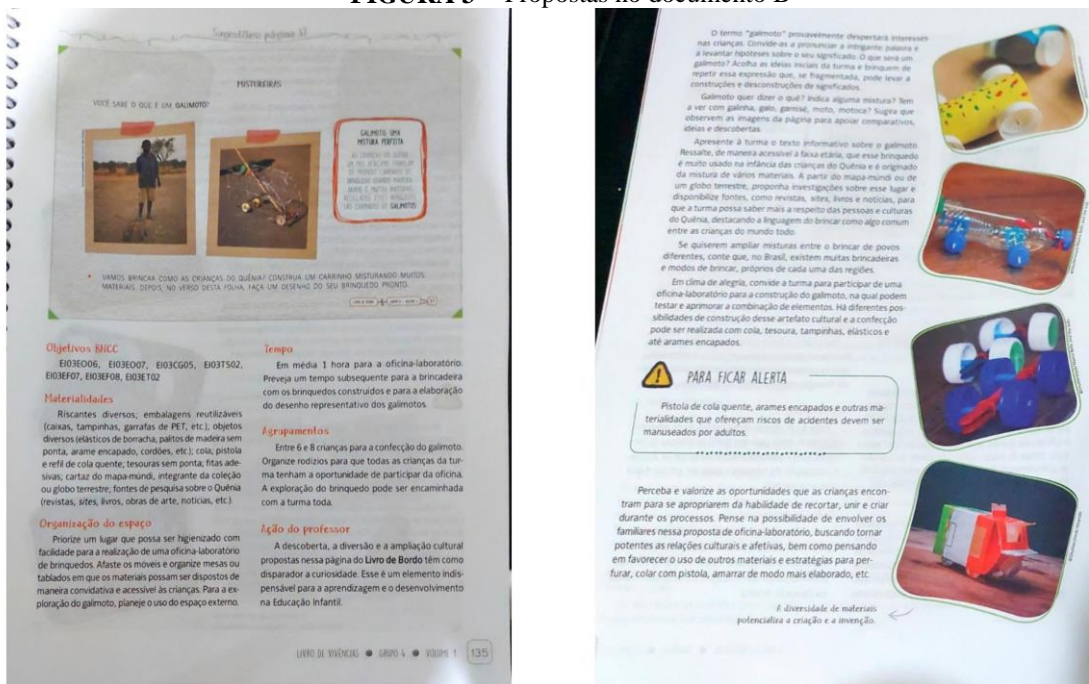
Fonte: PHELINE (2023, p.15 e 12).

No documento A, há de forma nítida uma antecipação de etapas. As atividades possuem uma sequência de apresentação gráfica dos números e letras. As propostas devem seguir uma sequência lógica. Diante do exposto também lembramos de dois de seus pilares que também intencionam uma preparação focada no futuro: educação financeira e empreendedorismo. Com um foco totalmente em valores dominantes e de intencionalidade das classes econômicas (SACRISTÁN, 2000).

Já no documento B há uma diversidade maior de contemplação e articulação entre diversos conhecimentos e vinculados à experiência e ao valor científico dessas propostas. Assim, em contraponto ao documento A, visualizamos mais direcionamentos nas propostas ali expostas, que se vinculam ao proposto nas DCNEI (BRASIL, 2009), que igualmente contempla de forma mais intencional aspectos atrelados a uma educação de qualidade e de direitos para a

Educação Infantil. Também a DCNEI é mais referida neste documento ao longo de suas explicações sobre o currículo e o planejar.

FIGURA 3 - Propostas no documento B



Fonte: PINTO (2021, p 135-136)

No documento B, vislumbra-se mais aproximações da infância, de contemplar o tempo e o espaço do que é vivido no contexto e realidade, na diversidade e no valor cultural que nos circunda. Mas ao mesmo tempo se contradiz em consonância com um planejamento que vem pronto como instrução didática e ao aspecto de privatização que vem adentrando à escola pública, por meio de alinhamentos de programas ao currículo vigente da BNCC (BRASIL,2017).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema do estudo aqui descrito esteve vinculado a pensar sobre a partir de que modo podemos perceber os diversos sentidos e impactos que podem estar envolvidos na extensão do uso do livro didático como instrumento pedagógico na Educação Infantil. Nesse sentido, o objetivo geral foi analisar curricularmente a extensão do livro didático à etapa da Educação Infantil e, a partir disso, verificar as diversas intenções e significados de sua utilização

como recurso pedagógico nesta etapa da educação.

Sendo assim, a pesquisa possibilitou a compreensão mais minuciosa de alguns dos processos curriculares vigentes na Educação Infantil. Pôde-se abranger e compreender a extensão do uso do livro didático a esta etapa, como também um processo de construção e recontextualização curricular, sendo o livro um instrumento que faz parte desse processo, mas que causa certa estranheza presente e de forma tão expansiva na etapa da Educação Infantil, o que entendemos como um processo recente e complexo e, por isso, objeto de análise.

No que tange à instrumentalização do fazer docente por meio do livro didático, podemos visualizar os diversos sentidos e significações que se vinculam para além da implementação do currículo sugerido na BNCC-EI, também a demandas econômicas, políticas e de um mercado privatizado que consegue amparo, produção e lucros a partir dessas recomendações curriculares. Sendo assim, não podemos visualizar esses livros didáticos como meros instrumentos ou recursos pedagógicos, já que existem intencionalidades e direcionamentos que se ligam à expansão da sua utilização a tal etapa da educação.

Através da análise dos livros didáticos e das diversas reflexões e explanações atreladas às políticas e programas educacionais que são trazidas ao longo da pesquisa, evidencia-se o quanto os livros estão se articulando também à formações docentes e de infâncias hegemônicas, descontextualizadas e uniformizantes. Nota-se uma intencionalidade de preparação para as próximas etapas da educação, que se vinculam a características de ensino, de disciplinas, de fragmentação de conhecimentos, de alienação a um tempo que não contempla as infâncias, e que já se faz preparação para o exercício no mercado de trabalho.

Concluimos, assim, a respeito da identificação de um processo de ensinar o professor a ensinar, que se concretiza na precarização, desvalorização e privatização das docências e da educação pública por meios sutis. E, nesse contexto, os processos de recontextualização curriculares vem se alinhando a essas intencionalidades e ofertando ferramentas e recursos que possibilitem a alienação desses interesses.

Vislumbra-se o quanto a pesquisa é relevante para a área da Pedagogia, sobretudo aos estudos vinculados à teoria curricular e ao livro didático. O envolvimento com a pesquisa propiciou vislumbrar o quanto a temática é complexa e ampla, o que possibilita a continuidade e expansividade dela de forma muito lógica e importante que se refere ao aprofundamento dos diversos processos curriculares.

Contraditórios/as a isso, vemos as infâncias e as docências como principais sujeitos pelos quais se devem partir e constituir um currículo, articulado às possibilidades e

potencialidades diversas para efetivação de uma educação contextual, cultural, diversa, crítica e científica.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2016.

BARBOSA, Garcia Ivone e et.al. **A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em:<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979/pdf> acesso em. 20 mar.2023.

BARBOSA, M. C. S. RICHTER, S. R. S. **Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo**. In: FINCO, D. BARBOSA, M. C. FARIA, A. L. G. de. (Orgs.) Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.

BRASIL.**Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.Brásilia: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. MEC. SEB. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Secretária de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação Básica. **Pró BNCC- Programa de Apoio à Implantação da Base Nacional Comum Curricular**. Documento orientador. Brasília, DF: MEC; SEB, 2019b. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/doc_orientador_probncce_2019.pdf . Acesso em: 28 de maio.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018. **Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC** e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-331-de-5-de-abril-de-2018-9385655?inheritRedirect=true> Acesso em: 10 de fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do livro didático para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. **Catálogo do Programa Nacional do livro para a Educação Infantil** (Guia do livro didático PNLD 2019). Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/proramas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/11986-escolha-pnld-2019>> Acesso em: 22 de out. 2022.

BRASIL. Portaria n. 826, de 7 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC**, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação PNME. Disponível em: https://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr. 1999.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2019**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abr. 2020, Seção 1, pp. 46-49. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CARVALHO, Rodrigo Saballa. **Entre as Culturas da Infância e a Rotina Escolar**: em busca do sentido do tempo na Educação Infantil. Revista Teias, [S.l.], v.16, n.41, p.124-141, maio de 2015. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24517>>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

CARVALHO, R. S. **O extraordinário na Educação Infantil**. In: SANTIAGO, F.; MOURA, T. A. (Orgs.). *Infâncias e docências: Descobertas e desafios de tornar-se professora e professor*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 71-108.

CARVALHO, R. S. de; GUIZZO, B. S.. (2023). **O currículo da creche em livros didáticos para docentes**: da epistemologia do infantil à regulação da docência. *Cadernos CEDES*, 43(119), 5–16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC256512>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil**: arte literária ou pedagógica. In: *Literatura Infantil*. São Paulo: Moderna, 200.

Edital do **PNLD/2022 para a Educação Infantil**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editaisprogramas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>> Acesso em: 28 mai. de 2023.

FOCHI, Paulo Sérgio. **Não existe ensino remoto para Educação Infantil**. Entrevista concedida a Academia Ryzos, realizada por Daniel Sanes em 17 de julho de 2022. Disponível em: Acesso em:

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. **A recontextualização e o nível de exigência conceitual do conhecimento escolar. Educação e Pesquisa** [online]. 2011, v. 37, n. 4, pp. 763-777. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400006>>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 508–535, 2021.

GATTI JÚNIOR, Décio. **Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações.** História da Educação, ISSN-e 2236-3459, Vol. 1, Nº. 2 (jul./dez. 1997), 1997, págs. 29-50. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891683>. Acesso em: 23 fevereiro de 2023.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GUTIERRES, J. D.; GARCIA, M. M. A. **O livro didático para professoras de educação infantil: um artefato pedagógico da subjetivação docente.** Linguagem, Educação e Sociedade, v. 24, p. 193-221, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Trad. Mariana Echalar. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEC/FNDE/SEB. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Secretaria da Educação Básica. Edital de convocação 01/2017 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2019. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/79531-edital-pnld-2019-consolidado-3-retificacao-pdf/file>>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

NÓVOA, António. **O professor pesquisador e reflexivo.** Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm. Acesso em: 28 de mai. 2023.

PORTAL CONQUISTA: solução educacional. Disponível em: <https://www.educacaoconquista.com.br/>. Acesso em: 18 de mai. 2023.

PINTO, Aline. Educação Infantil. **Sistema de Ensino Aprende Brasil: Educação Infantil: grupo 4: livro de vivências/ Aline Pinto reformulações dos originais de Danielle Bonamin Flores, Maria da Glória Galeb; ilustrações Bruna Assis Brasil, Eliane Cassia Ramos, Sami Ribeiro.** Curitiba: Aprende Brasil Educação, 2021. ISBN 978-85-467-344-9 (Livro do professor).

PHELIPE, Ana. Conquista: **Solução Educacional: Educação Infantil: grupo 4: livro didático/Ana Pheline,** - 2.ed.atual. Curitiba: Cia.Bras.de Educação e Sistemas de Ensino, 2023. ISBN 978-65-88125-93-9 (Livro do professor).

Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>> Acesso em: 21 de março de 2021.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, M.O. and CARVALHO, R.S. **Concepções sobre currículo na Educação Infantil: ressonâncias da Pedagogia da Infância em narrativas de professoras**. Currículo sem Fronteiras [online]. 2020, vol. 20, no. 2, pp. 497-514 [viewed 6 March 2023]. Disponível em: <https://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/silva-carvalho.html>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

SILVA, M. O. da; CARVALHO, R. S. de; LOPES, A. de O. (2021). **Os manuais e a pedagogização da docência na Educação Infantil**. Reflexão E Ação, 29(2), 177-191. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v29i2.14327>. Acesso em: 24 de mai. 2023.

SILVA, Vivian Batista da. **Livros que ensinam a ensinar**: um estudo sobre os manuais pedagógicos brasileiros (1930-1970) - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

Sistema de Ensino Aprende Brasil. Disponível em: <https://sistemaaprendebrasil.com.br/educacao-infantil-g3-ao-g5/>. Acesso em: 28 de mai. 2023.